

# O CONGRESSO E O ORÇAMENTO

Raul PILLA

Rio, 29. de maio

Receia o «Correio da Manhã» esteja o Poder Legislativo comprometendo a democracia no Brasil. A sua principal missão é — diz o jornal — elaborar o orçamento. Entretanto, que se vê no Brasil? A obra orçamentária anda à matroca, sem se saber exatamente de quem é a culpa ou, melhor, sabendo-se que é constitucionalmente do Poder Legislativo, ao qual compete a tarefa de sanear os orçamentos, base da boa finança.

Reconhecemos o fato apontado pela folha carioca: não se está prestigiando a representação popular. Discordamos, porém, da critica que faz ao Poder Legislativo, quando a censura caberia propriamente ao sistema constitucional por nós adotado.

Que é, com efeito, o orçamento? Um programa de governo expresso em cifras. Se isto é êle (nem há quem o possa negar) como elaborar, se acertadamente um orçamento no seio de uma assembléa, da qual se exclui o govêrno, responsável, justamente, pela proposta e pela execução de um tal programa? Acontece, então, o que era fatal acontecer: ninguém responde pelo orçamento; não responde o

podêr executivo, porque apresentou, uma simples proposta, sujeita a numerosas alterações, e não responde o legislativo, que, não sendo govêrno, da administração não pode ter um plano orgânico.

Não se pense seja o mal sómente nosso. Não é, nem poderia ser, pois decorre do absurdo sistema constitucional, que separa os dois poderes, em vez de os coordenar. Se no Brasil temos o espetáculo que todos conhecemos, nos próprios Estados-Unidos, segundo depõe Wilson, se verifica semelhante desordem. E' sómente a pujança econômica e financeira da grande nação o que até agora lhe tem evitado a catástrofe. E' ainda o grande estadista norte-americano quem o afirma.

Com o sistema parlamentar tais desordens não sucedem, por ser característico dele que o govêrno oriente não sómente a elaboração orçamentária, mas também toda a obra legislativa. Orienta-as eficazmente, mas — é claro — enquanto contar com a confiança da maioria parlamentar.

Por isto afirmamos que, se se quiser preservar a democracia representativa, mistêr se faz dar-lhe um mecanismo adequado. A questão é, essencialmente, de sistema de govêrno.